

OS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: CONQUISTA DE ESPAÇO ACADÊMICO-INSTITUCIONAL E DELINEAMENTO DE UM CAMPO CIENTÍFICO

Angelica Alves da Cunha Marques

Doutoranda em Ciência da Informação – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação –
Universidade de Brasília

angelicacunha@unb.br

Prof^ª Dr^ª Georgete Medleg Rodrigues

Professora do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação –
Universidade de Brasília

georgete@unb.br

Resumo

Nesta comunicação é apresentado o histórico da criação e implantação dos dez cursos de graduação em Arquivologia existentes no Brasil. Esse histórico contempla os esforços pela conquista do espaço universitário pela Arquivística e a sua constituição como disciplina científica. A análise dá-se a partir de documentos de arquivo pertencentes ao Fundo Arquivo Nacional e é complementada com bibliografia e entrevistas com pessoas que estiveram envolvidas nessa trajetória, na perspectiva do conceito de campo científico e do método da história cruzada. A criação do Curso Permanente de Arquivos, no Arquivo Nacional, e a sua posterior transferência para o âmbito da Universidade marcam a institucionalização acadêmico-científica da Arquivística no País. Essa primeira conquista do espaço acadêmico impulsionaria a criação de mais onze cursos ao longo do tempo, permeada por outras conquistas, como a realização dos Congressos Brasileiros de Arquivologia, o reconhecimento legal da profissão de arquivista e de técnico de arquivo e a promulgação da Lei de Arquivos. A atuação do Arquivo Nacional nessa trajetória reforçaria os laços da disciplina com a História, embora, hoje, se constate uma aproximação da Arquivística com a Ciência da Informação quanto aos seus vínculos acadêmico-institucionais, à sua formação docente e à sua produção científica, aspectos que delinham o campo científico dessa disciplina no País.

Palavras-chave

1) Cursos de Arquivologia; 2) Campo científico; 3) Formação docente; 4) Produção científica.

Abstract

Here is presented the history of the creation and implementation of the ten Archival Science undergraduate courses currently available in Brazil. This history contemplates the efforts for achieving space in universities for Archival Science and its constitution as a scientific discipline. The analysis is carried out from archive documents that belong to the Brazilian National Archive and is complemented with bibliographical references and interviews with people who were involved in this, from the point of view of the scientific field concept and of the crosscheck history method. The creation of the Archives Permanent Course, in the National Archive, and its posterior transfer into the University mark the academic-scientific institutionalization of Archival Science in Brazil. This first achievement of academic space has led to the creation of eleven courses over time, which was permeated by other achievements such as Brazilian Congresses of Archival Science, the legal acknowledgement of the archivist and archive technician professions and the enacting of the Archive Law. The actions of the National Archive in this path reinforce the discipline's ties with History, while nowadays Archival Science is closer to Information Science in regard to its academic-institutional bonds, to its faculty education, and to its scientific production — aspects that outline the scientific field of this discipline in Brazil.

Keywords

1) Archival Science courses; 2) Scientific field; 3) Faculty education; 4) Scientific production.

A formação de pessoal qualificado, de um corpo de funcionários especializados nos problemas de arquivos, é essencial para o futuro dos arquivos brasileiros. Mas este trabalho, para dar resultados satisfatórios, deverá prosseguir sem interrupção e conduzir normalmente à criação de uma escola de arquivistas da qual o Brasil tem necessidade premente, ou pelo menos de uma série de cursos permanentes, nos quais serão ensinadas as diferentes matérias indispensáveis. Só deste modo poderá o Brasil recrutar os arquivistas qualificados que lhe serão cada vez mais indispensáveis (Henri Boullier de Branche, 1975).

1. Introdução

Ao recorrer a estudos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e de alguns autores da área, Couture, Martineau e Ducharme, identificam alguns *lugares de formação em Arquivística*: as universidades, as escolas associadas à administração pública, as instituições nacionais de arquivo, as associações profissionais, as organizações e o meio de trabalho (1999, p. 27). Numa dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, sobre os *espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil* (MARQUES, 2007), foi imprescindível o estudo do espaço universitário, como um dos mais importantes *lugares de formação* da Arquivística como disciplina científica.

Nessa perspectiva, o entendimento da situação atual da disciplina foi buscado a partir da sua trajetória, sobretudo no espaço universitário. Assim, o estudo da história da criação dos cursos de Arquivologia buscou identificar as razões atuais da vinculação acadêmico-institucional desses cursos.

Para nortear nossa “leitura” do passado, recorreremos à definição de *memória*, proposta por Sixto Vázquez (2001) e retomamos a concepção de *epistemologia* de Japiassu (1981) e o *Método da História Cruzada*, proposto por Werner e Zimmermann (2003).

Esta comunicação apresenta, portanto, alguns dos resultados da dissertação sobre a trajetória da Arquivística como disciplina no Brasil, destacando aqueles que se referem à criação dos nove primeiros cursos de graduação em Arquivologiaⁱ. A identificação do *locus* acadêmico-institucional da disciplina e o mapeamento da formação dos docentes desses cursos são utilizados como dois dos aspectos que podem facilitar a compreensão da atual produção científica relacionada à área. Esses aspectos parecem se entrecruzar naquilo que chamamos, inspiradas em Bourdieu (1983), de campo científico da Arquivística no Brasil.

Nosso estudo sobre a formação da Arquivística como disciplina deu-se a partir do início do século XX, quando já havia uma preocupação quanto à formação do pessoal que trabalhava na área. Nesse sentido, apoiamo-nos nas informações encontradas na nossa

pesquisa documental, realizada no Fundo Arquivo Nacional (AN) e complementada com bibliografia e entrevistas com pessoas envolvidas nessa trajetóriaⁱⁱ.

2. Referenciais teóricos para a leitura da trajetória da Arquivística

Sixto Vázquez define *memória* num enfoque social, “por ser processo e produto dos significados compartilhados, produzidos pela ação conjunta dos seres humanos em cada momento histórico” (2001, p. 27, tradução nossa).

Japiassu, por sua vez, afirma que “a epistemologia faz uma leitura do devir do conhecimento científico”. O autor privilegia o tipo de epistemologia histórica, que se fundamenta no material fornecido pela história das ciências, ou seja, “na medida em que esta é analisada, não em sua dinâmica interna apenas, mas em seu modo real e efetivo de realização” (1981, p. VII).

Dentre os métodos históricos, pareceu-nos apropriado, para os objetivos da pesquisa, o *Método da História Cruzada*, proposto por Werner e Zimmermann (2003). Segundo esses autores, a produção do conhecimento nas ciências humanas trouxe a necessidade de se repensar os métodos de pesquisa utilizados, até então, para as ciências ditas “puras”. Os estudos relacionais vigentes – comparação e transferência – não mais seriam suficientes para esse “novo” campo do saber, marcado pela “mundialização” e pela “virada culturalista”. Era preciso sair da linearidade e refletir sobre o contexto histórico dos acontecimentos. A partir de uma concepção dinâmica, o *Método da história cruzada* foi pensado como um instrumento de análise relacional no âmbito da historicidade de estudo.

Ultrapassando essas visões de abordagem do objeto de estudo, consideradas por Werner e Zimmermann, simplistas, a proposta desses autores traz como mensagem um “empreendimento auto-reflexivo” (2003, p. 115), que pode ser gerador de sentido. O *método da história cruzada* concebe, basicamente, os cruzamentos como uma matriz para os objetos. Segundo eles, o ponto de interseção desses cruzamentos seria “onde se podem produzir acontecimentos suscetíveis de afetar em graus diversos os elementos em presença, segundo sua resistência, permeabilidade ou maleabilidade, e de seu entorno” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 95-96). Assim, “as entidades ou os objetos de pesquisa não são apenas considerados uns em relação com os outros, mas igualmente uns através dos outros” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 96). Há um desdobramento do objeto de estudo, que, em construção, mostra várias possibilidades de combinações (ou interseções) na sua

abordagem. Daí a vivacidade e a dinâmica do objeto, que é constantemente reconstruído com cruzamentos, algumas vezes inéditos, outras, ressignificados, complementares.

Nessa pluralidade de movimentos é que, no desenvolvimento da pesquisa, buscamos, dentre outros aspectos, a identificação dos contextos de criação dos primeiros cursos de Arquivologia. Assim, pudemos apreender a trajetória da Arquivística como disciplina científica, no Brasil, na sua complexidade interativa, como processo histórico.

Parafraseando Japiassu, interessou-nos, portanto, estudar, não a história da Arquivística, mas a Arquivística segundo a sua história. Nessa perspectiva, podemos justificar a importância desse estudo nas palavras de Gagnon-Arguin. Essa autora lembra que:

A existência de uma disciplina traduz-se particularmente pela presença de uma formação institucional no seu domínio. A visibilidade do fenômeno normalmente faz com que se esqueça o caminho prévio que foi necessário à constituição do corpus científico e a pesquisa necessária ao seu desenvolvimento. Ela deixa na sombra a influência dos fatos extrínsecos que favoreceram seu surgimento e os pensamentos que a moldaram. Ela também não explica o rompimento dos laços com outras disciplinas, nem aqueles que deverão ser tecidos. Uma disciplina é, então, todo um conjunto de elementos interativos que evoluem no tempo. (GAGNON-ARGUIN, 1992, p. 179, tradução nossa).

Na mesma linha de pensamento, Silva et al afirmam:

Nenhuma disciplina pode ser uma verdadeira ciência, nem classificada como tal, se sobre ela não for levada a cabo uma pesquisa e reflexão metódicas, nem forem criadas as condições institucionais indispensáveis ao seu desenvolvimento. Entre estas, avulta a sistematização do conhecimento adquirido, e só a sua difusão possibilitará à Arquivística ter um cariz regenerador na sua investigação e, assim, permitir o progresso científico (SILVA et al, 1999, p. 17).

Considerando, portanto, que “Os grandes tratados de Arquivística incidem, regra geral, em questões de natureza prática e raramente descem à pesquisa sobre a essência da disciplina e as causas da sua presença no campo das ciências da informação” (SILVA et al, 1999, p. 203), esses estudiosos corroboram a necessidade de se desenvolver estudos e refletir sobre o campo científico da Arquivística.

O estudo sobre o que denominamos *campo científico da Arquivística* deu-se a partir da definição de campo científico, proposta por Bourdieu (1983):

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (BOURDIEU, 1983, p. 122-123).

Ele pontua, assim, a existência, num dado *campo científico*, de uma dinâmica concorrencial entre os membros (pares) que o compõem, na qual entra em cena um verdadeiro jogo de interesses e de valores que lhes conferem credibilidade, definido pelo monopólio da *autoridade* e da *competência científica*.

Portanto,

O campo científico é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre agentes desigualmente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico que o conjunto dos concorrentes produz pela sua colaboração objetiva ao colocarem em ação o conjunto dos meios de produção científica disponíveis. (BOURDIEU, 1983, p. 136).

Ainda em relação a esse conceito, é importante destacar que os conflitos, ou seja, “a luta concorrencial” a que o autor se refere faz parte de uma lógica interna de funcionamento ao próprio campo científico. Dessa forma,

A estrutura do campo científico se define, a cada momento, pelo estado das relações de força entre os protagonistas em luta, agentes ou instituições, isto é, pela estrutura da distribuição do capital específico, resultado das lutas anteriores que se encontra objetivado nas instituições e nas disposições e que comanda as estratégias e as chances objetivas dos diferentes agentes ou instituições. (BOURDIEU, 1983, p. 133).

Portanto, “A estrutura da distribuição do capital científico está na base das transformações do campo científico e se manifesta por intermédio das estratégias de conservação ou de subversão da estrutura que ela reproduz” (BOURDIEU, 1983a, p. 134).

Nesse sentido, focalizamos as questões relacionadas à lógica de funcionamento própria da Arquivística, ou seja, a sua busca por autonomia, no seu processo de formação e configuração como disciplina científica, embora não desprezemos que, nesse processo, aconteceram conflitos.

3. A conquista de espaço acadêmico-institucional: do CPA ao Curso de Arquivologia da UNIRIO

A pesquisa documental mostra que desde 1911 já existiam preocupações quanto à criação de cursos que capacitassem profissionais para o tratamento especializado de documentos comuns a bibliotecas, arquivos e museus. Iniciativas da Biblioteca Nacional (BN) e do Museu Histórico Nacional (MHN), na década de 1920, foram no mesmo sentido, embora sem sucesso.

Na década de 1950, tendo o seu desenvolvimento internacional tributário à II Guerra Mundial, a Arquivística no Brasil ainda não contava com um curso específico para o tratamento e organização de arquivos. Nessa década, os funcionários do AN participavam de

cursos eventualmente promovidos por outras instituições. Diante dessa situação, o então Diretor do AN solicita, à Embaixada da França, a colaboração de um arquivista francês para ministrar conferências sobre a organização dos arquivos franceses, que eram referência mundial à época. Então, em 1959, vem ao Brasil o professor francês Henri Boullier de Branche, que ministra dois *Cursos de Aperfeiçoamento de Arquivo* para os servidores do AN (em 1959 e em 1960), além de um treinamento intensivo no primeiro semestre de 1960. Nesse mesmo ano o Curso Permanente de Arquivos (CPA) começa a funcionar no AN, ou seja, fora do espaço universitário, como o primeiro curso regular voltado para a formação de pessoal especializado no tratamento e organização de acervos arquivísticos.

Todavia, permanecia uma inquietação quanto ao reconhecimento do Curso, como assinala Raul Lima:

O ensino da Arquivística e da Arquivologia deverá passar por uma sensível transformação. De imediato vamos procurar obter o reconhecimento deste próprio Curso de modo a podermos conceder diplomas suscetíveis de registro no Ministério da Educação e Cultura e não apenas certificados de freqüência e conclusão. (LIMA apud ARQUIVO NACIONAL, 1970, p. 19)ⁱⁱⁱ.

Ratificando esse interesse nacional pelos arquivos, em 1972, o Conselho Federal de Educação (CFE) autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior. Cumprindo a recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), quanto à definição de um currículo mínimo para esses cursos, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) encaminha, ao CFE, um projeto de currículo – Câmara de Ensino Superior, Processo n. 1845/72 (BOTTINO, 1994, p. 14). No mesmo ano, é aprovado o Parecer n. 249/72 da Câmara de Ensino de 1º e 2º graus, que reconhece a Arquivística como habilitação profissional no Ensino de 2º grau, (08 de março de 1972).

No ano seguinte, é firmado um acordo regulando o mandato universitário, concedido pelo Conselho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ao CPA (28 de setembro de 1973).

No início de 1974, é firmado um convênio entre a UFF e o AN, para cooperação conjunta das duas entidades em matéria arquivística e de pesquisa histórica, com a divulgação, por ambas, dos resultados obtidos nesses campos (ARQUIVO NACIONAL, 1974, p. 4-5).

É importante salientar que, nessa época, em Brasília, Astrea de Moraes e Castro esteve à frente de um projeto de implantação do Curso de Arquivologia na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), que não teve êxito (ASSOCIAÇÃO DOS

ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1974, p. 8-9). Além dessa iniciativa, existiram duas outras: uma no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), a qual, segundo Castro, foi recusada e outra, na UFMG, para a implantação do Curso de Arquivologia na sua Escola de Biblioteconomia (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975). No entanto, esse curso somente seria criado em 2008, na atual Escola de Ciência da Informação (ECI).

Mas felizmente, os esforços do AN não são em vão:

A resolução n. 23, de 13 de maio de 1974, do Conselho Federal de Educação, que fixou o currículo mínimo e duração para o curso de arquivo em nível superior, permitiu a adoção de novo currículo para o CPA aprovado (Portaria n. 37 de 6 de setembro de 1974) e já implantado apenas para o 1º semestre do ano letivo. (ARQUIVO NACIONAL, 1975, p. 53).

Quanto ao acordo entre o AN e a UFRJ^{iv},

Em decorrência de convênio firmado entre o órgão e a referida Universidade, o currículo cumprido pelo portador do certificado de conclusão do curso, anteriormente a 23 de setembro de 1973, foi declarado equivalente ao do CPA, ao qual foi conferido mandato universitário. (ARQUIVO NACIONAL, 1976a, p. 15).

Assim, é formada uma comissão composta por representantes do AN, do Ministério da Justiça, do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Federação das Escolas Federais Isoladas da Guanabara (FEFIEG), visando a transferir o CPA para o âmbito do MEC, como unidade filiada à FEFIEG (ARQUIVO NACIONAL, 1976b, p. 55).

Em seguida, por meio da Portaria n. 5, de 15 de março de 1976, o AN aprova o quadro de professores do seu Curso Permanente e dos seus Cursos Avulsos (ARQUIVO NACIONAL, 1976c, p. 27).

Em março de 1977 o CPA é transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual UNIRIO, com a denominação de *Curso de Arquivologia*, de acordo com o Decreto n. 79.329, de 02 de março de 1977^v e termo de convênio assinado pelo diretor do AN, pelo presidente da FEFIERJ e pelos decanos do Centro de Ciências da Saúde e do Centro de Ciências Humanas, dessa Universidade (ARQUIVO NACIONAL, 1977b, p. 29-31). A integração do CPA ao Centro de Ciências Humanas da FEFIERJ, com a nomeação de professores, pelo seu presidente, dá-se pela Portaria n. 141, de 31 de março de 1977 (ARQUIVO NACIONAL, 1977b, p. 37-38).

Com essa transferência, o CPA, que funcionava no AN desde 1960 e já reconhecido como curso superior^{vi}, passa, oficialmente, a funcionar no espaço universitário, ainda no mesmo ano, ou seja, em 1977.

Depois de mais de sessenta anos da primeira iniciativa registrada quanto à criação de um curso para a capacitação de arquivistas e de tantos esforços, enfim, a Arquivística conquista seu espaço na Universidade. O Curso de Arquivologia da UNIRIO é, então, o primeiro a ser realizado na Academia.

4. A expansão da Arquivologia no Brasil: criação de mais onze cursos

A partir do CPA e sua posterior transferência para a UNIRIO, são criados, do final dos anos 1970 a 2008, mais onze cursos de graduação na área, nas seguintes universidades:

- **UFSM:** criado conforme Parecer n. 179 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), de 10 de agosto de 1976. Inicia-se em março de 1977 e é reconhecido pela Portaria Ministerial n. 076/81, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 20 de janeiro de 1981 (RICHTER, CASTANHO e GARCIA, 2002, p. 43-45).
- **UFF:** criado em 28 de junho de 1978, pela Resolução n. 73/78, do Conselho Universitário.
- **UnB:** criado pela Resolução n. 32 do Conselho Universitário, de 25 de setembro de 1990. O Curso começa a funcionar em 1991.
- **UEL:** criado em 1997, conforme Decreto 6.646 de 28 de novembro daquele mesmo ano, regimento geral e Resolução n. 112/97 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Inicia-se em 26 de fevereiro de 1998;
- **UFBA:** aprovado, pelo Parecer n. 075/97, de 10 de abril do mesmo ano. O Curso começa a funcionar em 1998, conforme Resolução n. 28, de 13 de maio de 1974, do CFE, que determina a organização dos cursos de Arquivologia, conforme currículo mínimo, extinto pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (MATOS; AMARAL; RIOS, 2002, p. 50; CARVALHO; FARIAS; DUARTE, 2002, p. 121). É reconhecido pela Portaria 1.864, publicada no DOU, de 16 de julho de 2003^{vii};
- **UFRGS:** criado e autorizado em 30 de julho de 1999, pela Resolução n. 112, do Conselho Universitário. Começa a funcionar em 2000 e é reconhecido em 13 de setembro de 2004, pela Portaria 2.881, do MEC;
- **UFES:** autorizado pela Resolução 24/99 do Conselho Universitário, de 26 de julho de 1999 e inicia-se em 09 de março de 2000. É reconhecido pela Portaria 3.458, de 22 de outubro de 2004^{viii}.

- **UNESP/Marília:** criado em 2002, conforme processo 1.163/2002. Esse Curso iniciou-se em agosto de 2003.
- **UEPB:** criado em 29 de março de 2006, entra em funcionamento em 28 de agosto do mesmo ano.

Recentemente, no primeiro semestre de 2008, foram criados mais dois cursos de Arquivologia, na Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mas não foi possível levantar informações detalhadas a seu respeito.

Sinteticamente, as informações acerca da criação desses cursos, bem como dos seus vínculos acadêmico-institucionais, são apresentadas no quadro 1.

Quadro 1: Os Cursos de Arquivologia no Brasil - vínculos acadêmico-institucionais e quantitativo dos quadros docentes

| Universidade | Ano de criação | Departamento | Faculdade/Instituto/Centro | Quantidade de professores permanentes |
|---------------------|-----------------------|--------------------------------------|--|--|
| UNIRIO | 1976 | * | Centro de Ciências Humanas e Sociais/Escola de Arquivologia | 22 |
| UFMS | 1976 | Documentação | Centro de Ciências Sociais e Humanas | 9 |
| UFF | 1978 | * | Instituto de Arte e Comunicação Social | - |
| UnB | 1990 | Ciência da Informação e Documentação | Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação | 13 |
| UEL | 1997 | Ciências da Informação | Centro de Educação, Comunicação e Artes e Centro de Ciências Humanas | 20 |
| UFBA | 1997 | * | Instituto de Ciência da Informação | 24 |
| UFRGS | 1999 | * | Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação | 11 |
| UFES | 1999 | Ciências da Informação | Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas | - |
| UNESP/Marília | 2002 | Ciência da Informação | Faculdade de Filosofia e Ciências | 3 |
| UEPB | 2006 | * | Centro de Ciências Biológicas e Sociais e Aplicadas | 10 |
| FURG** | 2008 | - | - | - |
| UFMG** | 2008 | - | Escola de Ciência da Informação | - |

Fonte: elaboração própria, com base nos sítios das referidas universidades e no questionário encaminhado aos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia, em 2005-2006.

* À época da pesquisa, esses Cursos não estavam vinculados, estruturalmente, a qualquer departamento.

** A pesquisa não contemplou os cursos de Arquivologia da FURG e da UFMG, uma vez que à época do desenvolvimento da dissertação, eles ainda não tinham sido criados.

Ao mapearmos a formação e titulação dos docentes dos nove primeiros cursos de Arquivologia, obtivemos o seguinte quadro:

Quadro 2: Áreas de formação e titulação dos docentes dos Cursos de Arquivologia (2005-2006)

| Graduação | | Mestrado | | Doutorado | |
|--|------------|--|-----------|--|-----------|
| Administração | 1 | Administração | 1 | Arqueologia | 1 |
| Arquivologia | 17 | Antropologia da Arte | 1 | Biblioteconomia | 1 |
| Biblioteconomia | 7 | Biblioteconomia | 3 | Ciência da Informação | 7 |
| Ciência da Computação/ Processamento de Dados | 3 | Ciência da Informação | 6 | Ciências Sociais | 1 |
| Ciências Estatísticas | 1 | Comunicação | 5 | Comunicação/ Ciências da Comunicação | 3 |
| Ciências Sociais | 1 | Comunicação/Informação | 1 | Documentação | 1 |
| Comunicação | 2 | Educação | 2 | Educação | 4 |
| Direito | 3 | Engenharia de Produção | 1 | História | 5 |
| Educação | 1 | História | 6 | Informática/ Ciência da Computação/ Processamento de Dados | 1 |
| História | 15 | Informática/ Ciência da Computação/ Processamento de Dados | 3 | Total | 24 |
| Jornalismo | 1 | Memória Social e Documento | 7 | | |
| Sociologia | 1 | Multimeios | 1 | | |
| Total | 52* | Psicologia Social | 1 | | |
| | | Tecnologia da Informação | 1 | | |
| | | Total | 39 | | |

Fonte: elaboração própria, com base nos questionários respondidos pelos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia⁹.

* Quatro professores possuem duas graduações e um, três cursos de graduação. Isso justifica uma maior diversidade dos cursos, em relação ao número de docentes que nos responderam.

5. O lugar da Arquivologia na pós-graduação

Outro objetivo da dissertação foi mapear, na produção científica dos programas de pós-graduação do Brasil, as pesquisas com temáticas relacionadas à Arquivística. Ao visitarmos os sítios eletrônicos desses programas e o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tivemos o seguinte resultado¹⁰:

Quadro 3: Distribuição das dissertações e teses com temas relacionados à Arquivística, por Programa de Pós-graduação (1972-out/2006)

| Universidade - Programa de Pós-graduação | Produção científica | |
|--|---------------------|-----------|
| | Dissertações | Teses |
| UFRJ/IBICT* - Ciência da Informação | 11 | 1 |
| UFRJ - Arquitetura | 1 | - |
| UFRJ - Comunicação | 1 | - |
| UFRJ - Educação | - | 1 |
| UFRJ - História | - | 1 |
| UFF - Comunicação, imagem e informação** | 3 | - |
| UFF/IBICT - Ciência da Informação | - | 1 |
| UFF - História Social** | 1 | - |
| USP - Ciências da Comunicação | 4 | - |
| USP - História Social** | 8 | 1 |
| USP - Educação | 1 | - |
| USP - Ciência Social (Antropologia Social) | 1 | - |
| UNESP/Marília - Ciência da Informação | 1 | - |
| UFMG - Ciência da Informação | 9 | 1 |
| UFMG - Artes Visuais | 1 | - |
| UFPB - Ciência da Informação | 1 | - |
| UnB - Ciência da Informação | 10 | 1 |
| UNIRIO - Memória Social | 7 | - |
| UNIRIO - Música | 1 | - |
| UFBA - Ciência da Informação | - | - |
| UFBA - Letras e Linguística | - | 1 |
| UFBA - Educação | - | 1 |
| UFRGS - Pós-graduação em Comunicação e Informação | - | - |
| UFSC - Ciência da Informação | - | - |
| UFSC - Administração | 3 | - |
| UFAM - Educação | 1 | - |
| UFSM - Engenharia de Produção | 3 | - |
| UERJ - Letras | 1 | - |
| PUCCAMP - Biblioteconomia e Ciência da Informação | 5 | - |
| CEFET | 1 | - |
| PUC/RJ - Letras | - | 1 |
| PUC/SP - Administração | 1 | - |
| Fundação João Pinheiro (Escola de Governo) Administração Pública | 1 | - |
| TOTAL | 77 | 10 |

Fonte: elaboração própria, com base no Banco de Teses da CAPES e nos sítios das universidades.

* Esse curso não está mais na UFRJ. Preferimos mantê-lo no quadro, pois, de qualquer forma, à época do levantamento era assim que se configurava a produção com temas arquivísticos.

** Nesses programas também foram produzidas teses de livre docência.

6. Considerações finais: o delineamento do campo científico da Arquivística no Brasil

Um olhar atento sobre a trajetória da Arquivística no Brasil nos permite constatar que, na década de 1970, concentram-se os marcos decisivos para o seu desenvolvimento: além da autorização, pelo CFE, da criação dos Cursos de Arquivologia em nível superior (CASTRO, 1979; ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1978); a organização, pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS), do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), no qual é apresentado

um projeto de currículo para os primeiros cursos de graduação em Arquivologia no Brasil (CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1979); o reconhecimento da profissão de arquivista e de técnico de arquivo, a transferência do CPA para a UNIRIO e a implantação de mais dois cursos de graduação em Arquivologia – o da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Nesse sentido, enquanto no cenário internacional víamos, nessa década, o aprofundamento das questões teóricas que mais tiveram significado para o desenvolvimento científico da disciplina (SILVA et al, 1999), no Brasil, essas questões estavam emergindo e ganhando fôlego.

A transferência do CPA para a universidade é um dos marcos decisivos nessa trajetória, representando, para a Arquivística, a conquista de espaço no meio acadêmico. Afinal, esse é o primeiro de doze cursos de graduação em Arquivologia que passariam a existir no País.

Na década de 1980 não é criado nenhum outro curso, mas, inserido no processo de redemocratização do País, há um movimento silencioso que culmina na promulgação da Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991 – a Lei de Arquivos – e na criação de mais cinco Cursos de Arquivologia na década de 1990. Não seria exagero afirmar que essa lei marca e tem papel fundamental na formação da identidade da Arquivística no País, chamando a sociedade à reflexão e à discussão sobre o papel dos arquivos.

A partir dessa trajetória de criação e implantação dos cursos de graduação, podemos observar que a formação e a auto-afirmação científica da Arquivística parecem ter sido conseqüências diretas e imediatas da necessidade prática de habilitação de profissionais especializados para o tratamento e organização dos arquivos do País. Podemos observar, portanto, a relevância da atuação do AN nessa trajetória, com a promoção de cursos técnicos, que contribuíram para a criação do CPA e, conseqüentemente, dos demais cursos de graduação da área. Essa atuação do AN dá uma nuance histórica à configuração da Arquivística, que, mais recentemente, aproxima-se da Ciência da Informação.

Podemos visualizar essa aproximação quanto aos três aspectos estudados na dissertação:

a) os vínculos acadêmico-institucionais dos Cursos de Arquivologia, que, na sua maioria (no caso daqueles que estruturalmente estão subordinados a algum departamento) estão inseridos em departamentos de Ciência da Informação. É o caso dos cursos da UnB, UEL, UFES e UNESP. O curso da UFSM vincula-se ao Departamento de Documentação e o da UFMG, à Escola de Ciência da Informação.

b) a formação/titulação dos docentes desses cursos: dos 43 professores que nos retornaram, seis afirmaram ter o título de mestres em Ciência da Informação e sete, o título de doutores no mesmo curso. Além disso, o único professor que possui pós-doutorado, o tem em Ciência da Informação.

c) e a produção científica da pós-graduação, com temáticas relacionadas à área: das dissertações e teses mapeadas, observamos uma concentração das pesquisas oriundas dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação. Do total de 77 dissertações, 31 foram produzidas nesses programas; das dez teses, cinco foram desenvolvidas no âmbito da Ciência da Informação.

A conjugação desses aspectos, diante da trajetória de formação científica da Arquivística, nos permite apreender seu esforço por auto-afirmar-se no espaço universitário da graduação e da pós-graduação, bem como sua propensão ao diálogo com outras disciplinas, sobretudo com a Ciência da Informação. Afinal, ela não poderia configurar-se como campo científico de forma isolada. Como aponta Bourdieu,

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do microcosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. (BOURDIEU, 2004, p. 20-21).

Nessa perspectiva, entendemos que a autonomia da Arquivística não é definida por limites fechados, mas por fronteiras entreabertas. Afinal, essa auto-afirmação ainda se encontra em formação e os diálogos dessa disciplina com outras não colocam em risco a sua identidade: ao contrário, subsidiam-na.

7. Notas

ⁱ Atualmente existem doze cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, nas seguintes universidades: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), UnB, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Fundação Universidade do Rio Grande do Sul (FURG) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). À época do nosso levantamento de dados, o Curso da UEPB tinha sido recentemente criado e os dois últimos cursos, da FURG e da UFMG, ainda não existiam. Dessa forma, não foi possível realizarmos pesquisa quanto aos vínculos institucionais e à formação dos quadros docentes desses três cursos.

ⁱⁱ Os detalhes dessas entrevistas são apresentados no texto da dissertação (MARQUES, 2007).

ⁱⁱⁱ Palavras de Raul Lima, Diretor do Arquivo Nacional, na aula inaugural do CPA, no dia 6 de abril de 1970, para as quatro turmas matriculadas naquele ano (ARQUIVO NACIONAL, 1970, p. 19).

^{iv} Segundo Esposel (1994, p. 84-85), em 1976, a única universidade brasileira que estava vinculada aos cursos de arquivo era a UFRJ (antiga Universidade do Brasil), de acordo com o mandato universitário conferido ao AN, para a realização do CPA – DOU, de 25 de outubro de 1973.

^v Conforme telex do Ministro de Estado da Justiça ao Diretor Geral do Arquivo Nacional agradecendo a cooperação no processo de transferência do curso de Arquivologia para a FEFIERJ (ARQUIVO NACIONAL, 1977b, p. 33).

^{vi} Quanto ao reconhecimento do Curso de Arquivologia da FEFIERJ, o Parecer n. 46/790 do CFE, de 25 de janeiro de 1979 dizia que “Os cursos criados em estabelecimentos de ensino do governo, e que deram início a suas atividades em época anterior àquela em que se passou a exigir a formalidade de oficialização, não estão a ela sujeitos. Insere-se neste caso o Curso de Arquivologia da FEFIERJ que fica portanto, isento do ato formal de reconhecimento” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979, p. 21).

^{vii} Disponível em: <[http://www.ici.ufba.br/arquivologia.html#BASE %20LEGAL](http://www.ici.ufba.br/arquivologia.html#BASE%20LEGAL)>. Acesso em 29 jun. 2006.

^{viii} Disponível em: <<http://avc.inf.ufes.br/feiravirtual/controle?acao=exibir&curso=28>>. Acesso em 12 set. 2006.

⁹ Entre outubro de 2005 e março de 2006, foi enviado um questionário, por correspondências eletrônica e tradicional, às coordenações dos cursos de Arquivologia, o qual deveria ser distribuído a todos os professores que constituíssem o corpo docente desses cursos e que, dessa forma, ministrassem disciplinas específicas da Arquivologia. Dos questionários distribuídos, tivemos o retorno de 43 professores..

¹⁰ Visitamos o sítio da CAPES a exemplo da metodologia seguida por Fonseca (2004). Essa autora utilizou como filtros temáticos *Arquivos*, *Arquivologia* e *Arquivística*. Nós utilizamos apenas os dois últimos filtros, tendo em vista a atualização do mapeamento do projeto de iniciação científica (CUNHA; RODRIGUES, 2003) e desse trabalho de Fonseca.

8. Fontes primárias

ARQUIVO NACIONAL. *Mensário do Arquivo Nacional*, ano I, v. 5, Rio de Janeiro, maio/1970.

_____. *Mensário do Arquivo Nacional*, ano IV, v. 10, Rio de Janeiro, out/1973.

_____. *Mensário do Arquivo Nacional*, ano V, v. 2, Rio de Janeiro, fev/1974.

_____. *Mensário do Arquivo Nacional*, ano VI, v. 3, Rio de Janeiro, mar/1975.

_____. *Mensário do Arquivo Nacional*, ano VII, v. 1, Rio de Janeiro, jan/1976a.

_____. *Mensário do Arquivo Nacional*, ano VII, v. 2, Rio de Janeiro, fev/1976b.

_____. *Mensário do Arquivo Nacional*, ano VII, v. 5, Rio de Janeiro, maio/1976c.

_____. *Mensário do Arquivo Nacional*, ano VIII, v. 5, Rio de Janeiro, maio/1977a.

_____. *Mensário do Arquivo Nacional*, ano VIII, v. 6, Rio de Janeiro, jul/1977b.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. *Arquivo & Administração*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, dez. 1974.

_____. *Arquivo & Administração*, v. 3, n. 1, Rio de Janeiro, ago. 1975.

_____. *Arquivo & Administração*, v. 6, n. 1, Rio de Janeiro, jan./abr. 1978.

_____. *Arquivo & Administração*, v. 7, n. 1, Rio de Janeiro, jan./abr. 1979.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, I. Associação dos Arquivistas Brasileiros. 1972, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Brasília, 1979.

9. Referências bibliográficas

BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. *Arquivo & Administração*, v. 15, n. 23, 1994, p. 12-18.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Lei de arquivos. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=100&sid=52>>. Acesso em: 01 abr. 2008.

CARVALHO, Gilda de; FARIAS, José Lúcio de; DUARTE, Zeny. Arquivologia da Universidade Federal da Bahia: construindo um projeto pedagógico. IN: INTEGRAR, 1., 2002. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2002.

CASTRO, Astréa de Moraes. A formação e a profissão do arquivista no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, I. Associação dos Arquivistas Brasileiros. 1972, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Brasília, 1979.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. *A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. Brasília: FINATEC, 1999.

CUNHA, Angelica Alves da; RODRIGUES, Georgete Medleg. A pesquisa em Arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UnB, 9., 2003, Brasília. *Resumos...* Brasília: UnB, 2003. 1 CD-ROM.

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares*. 1997. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GAGNON-ARGUIN, Louise. *L'Archivistique: son histoire, ses acteurs depuis 1960*. Québec: Presses Universitaires du Québec, 1992.

JAPIASSU, Hilton. *Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto; AMARAL, Erenilda Custódio dos S.; RIOS, Isaac Rozas. O perfil dos estudantes do Curso de Graduação em Arquivologia da UFBA. *Cenário Arquivístico*, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002, p. 50-55.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; CASTANHO, Denise Molon; GARCIA, Olga Maria Correa. Curso de Arquivologia da UFSM: vinte e cinco anos de história (1977-2002). *Cenário Arquivístico*, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002, p. 42-49.

SILVA, Armando Malheiro da. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999.

SIXTO VÁZQUEZ, Félix. *La memoria como acción social: relaciones, significados e imaginario*. Barcelona: Paidós, 2001.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a História Cruzada: entre a empiria e a reflexividade. *Textos de História*, Brasília, v. 11, n. 1/2 2003.